PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 298, DE 2004

Revoga O Artigo 240 Da Constituição Federal

Autores: Deputado Edmar Moreira e outros

Relator: Deputado GERSON PERES

I – RELATÓRIO.

A Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe, cujo primeiro signatário é o Deputado EDMAR MOREIRA, busca revogar o artigo 240 da Constituição Federal, que dispõe sobre as contribuições sociais destinadas aos serviços sociais de assistência e de formação profissional vinculados ao sistema sindical.

Segundo o seu Autor, a PEC justifica-se na medida em que os percentuais de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento têm desestimulado a contratação formal de trabalhadores pelas empresas.

Ressalta, ainda, que, “Na prática, entidades como o SESI e o SENAI – integrantes do chamado ‘Sistema S’ e beneficiárias da contribuição compulsória prevista no artigo 240 da Constituição Federal – pouco oferecem em retribuição.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR.

A PEC, sob o prisma da constitucionalidade formal, está apta a ser analisada.

Contudo, sob o enfoque material, não vejo como se chegar àquela mesma conclusão, pois, como se verá, a proposição viola Princípios e Objetivos Fundamentais e normas sensíveis da Constituição da República.

O artigo 240 que se busca revogar assim prescreve:

Art. 240. Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Tomando o SESI e o SENAI como exemplos dessas entidades, porquanto expressamente citadas pelo Autor da PEC em sua justificação, e, por conseguinte, os Decretos-lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946 e 4.048 de 22 de janeiro de 1942 que, respectivamente, autorizaram a criação dessas entidades, além dos seus regulamento e regimento internos, aprovados pelo Decreto nº 57.375 de 2 de dezembro de 1965 e pelo Decreto nº 494 de 10 de janeiro de 1962, verifica-se a relevância social de suas finalidades para o bem-estar nacional.

Ao SESI, por força de seus Diplomas instituidores, compete, entre outras, executar medidas que contribuam para o bem-estar dos trabalhadores, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país e para o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.

Na execução dessas finalidades, o SESI tem como objetivos principais a alfabetização dos trabalhadores e seus dependentes, a educação de base, promover assistência e melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene do trabalhador, sempre visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.

O SENAI, por seu turno, em vista de sua condição de entidade de ensino profissional, cuidará da formação dos trabalhadores das indústrias e atividades assemelhadas, a partir da aprendizagem industrial, da assistência na elaboração e execução de programas de treinamento de pessoal, da concessão de bolsas de estudos e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e do desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, dentre outras atividades de igual relevo social.

A aprovação da PEC significará a cessação da fonte de custeio dessas entidades sempre presentes e atuais. Apesar de sexagenárias, inevitavelmente, com esta proposta, elas desaparecerão com grandes prejuízos sociais. Com efeito, com suas extinções, deixariam de ser realizadas, hoje, diversas atividades, podendo ser citadas:

No caso do SESI:

Na área de Educação, mais de 1.708.000 de matrículas escolares; 11.701 salas de aula de 4.432 escolas, 3.457 tele-salas 234 bibliotecas, 302 cozinhas escolares e 104 refeitórios;

Na área de Saúde, 5 milhões (4.971.852) consultas, 3,6 milhões (3.573,395) exames complementares, realizadas em 2.150 consultórios, 131 centros de radiologia, 150 laboratórios e 160 salas de enfermagem.

Em Lazer, 26,5 milhões (26.432.487) de participantes, com 4,5 milhões (4.510.842) de espectadores, 106 mil (106.333) eventos, cerca de 1 milhão (958.174) de matrículas em atividades formativas e 6.478 empresas atendidas em ações de lazer. Afora 623 quadras esportivas, 312 campos de futebol, 527 piscinas 64 estádios, 127 Clubes do Trabalhador, 198 Academias, 248 Ginásios Esportivos, 42 teatros, 140 Auditórios;

Projetos como Por Um Brasil Alfabetizado, em parceria com o Governo Federal que alcançou a alfabetização de 1,6 milhões de pessoas em 4 anos. A Ação Global que em 2006 foi responsável por 2.283.592 atendimentos. O projeto SESI Cozinha Brasil que realizou 800 mil atendimentos e mobilizou 1.800 parceiros proporcionando alimentação inteligente, de boa qualidade e a baixo custo para a população brasileira;

O atendimento a mais de 1.800 empresas na promoção de qualidade, segurança e saúde das condições de trabalho.

No caso do SENAI:

Mais de 2 milhões de matrículas em educação profissional deixariam de ser geradas anualmente;

A absorção pela indústria brasileira, todo ano, 79% dos ex-alunos matriculados nos cursos de educação do SENAI, perde importante fonte de mão-de-obra qualificada;

Mais 7,3 mil tecnólogos deixariam de ser formados todo ano;

4,9 mil pessoas deixam de receber anualmente títulos de certificações profissionais;

Mais de 16 mil empresas deixariam de receber serviços técnicos e tecnológicos, com destaque para os de pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental e design;

707 unidades, espalhadas em todo o país, seriam desativadas;

Mais de 17 mil empregos diretos seria extintos.

No caso do SESC e do SENAC serão extintos, em síntese:

46.377 empregos diretos;

(SESC) Centros de atividades 226; Unidades de turismo 43, Unidades habitacionais 4.735 (chalés, apartamentos com 15.737 leitos); Centros educacionais SESCLER 58; Salas de aula 1.495; Consultórios odontológicos 850; Unidades móveis OdontoSESC 50; Unidades móveis BiblioSESC 23; Unidades móveis cultura 9; Unidades móveis lazer e saúde 7; Bibliotecas 241; Teatros, cinemas, auditórios e centros cultural 350; Espaços esportivos 1.319; Espaços recreativos 1.183.

Note-se que todas essas ações são desenvolvidas sem o aporte de qualquer recurso orçamentário público, seja da União, dos Estados, Distrito Federal ou Municípios. São elas financiadas com recursos dos próprios setores interessados.

As contribuições para essas entidades não representam uma despesa, mas um investimento no Brasil.

Além disso, os custos de suas ações são muito inferiores aos dos órgãos estatais quando procuram fazer algo semelhante.

A proposição de extinção da fonte de custeio dessas entidades e, em consequência, delas próprias, diante do inquestionável interesse público de que se revestem suas missões e dos seus resultados altamente positivos e insuperáveis de suas ações, esbarra em princípios e objetivos constitucionais fundamentais estabelecidos nos artigos 1º e 3º da CF, tais como a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade justa e solidária, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a erradicação da pobreza e da marginalidade, a redução das desigualdades sociais e regionais. Isto sem contar os objetivos advindos dos artigos 170 e 203 da CF, que também acabariam atingidos, tais

como a valorização do trabalho humano, a busca do pleno emprego, a proteção à família, à infância, à adolescência e a integração ao mercado de trabalho.

Para mais, os serviços sociais autônomos são tão importantes que o constituinte originário, em artigos próprios (art. 240 e 62, do ADCT), os reconheceu em grau constitucional e lhes concedeu estabilidade e permanência.

Neste particular, o Professor Ives Gandra Martins, citando expressamente o SENAI e o SESI, diz que o sentido do artigo 240 da CF é, justamente, o de preservar tais entidades, tecendo, em seguida, severas críticas aos que querem suprimir a garantia constitucional (Comentários à Constituição do Brasil, vol. 9, pág. 125, 1998).

Além disso, a proposição não encontra respaldo na razoabilidade fática e constitucional, só podendo ser atribuída a um espírito de emulação. Uma injustiça social.

Ademais, anoto que a supressão do artigo 240 da CF importará, também, na extinção do SEBRAE, APEX e ABDI, posto que a contribuição para estes entes é um adicional aquelas destinadas aos demais serviços sociais autônomos.

Propor acabar com o SESI, o SENAI, o SESC, o SENAC, o SEST, o SENAT e o SENAR significa contrariar a constituição em seus princípios e objetivos péticos e sensíveis.

Destarte, a proposição padece de vício jurídico insanável e, por esta razão, manifesto meu voto no sentido da inadmissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 298, de 2004.

Sala da Comissão, em   de   de 2007.

Deputado GERSON PERES
Relator